

História e meio ambiente em Goiás

History and the Environment in Goiás State, Brazil

Resenha escrita por Regina Coelly Fernandes Saraiva*

*Professora Adjunta da Faculdade UnB Planaltina (FUP) / Universidade de Brasília e do Centro de Estudos do Cerrado na Chapada dos Veadeiros (Centro UnB Cerrado), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

doi:10.18472/SustDeb.v6n3.2015.16784

RESENHA

Kelson Semerene Costa. *Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás*. Brasília: Editora Paralelo 15, 2013. 232 p. ISBN 978-85-86315-33-6.

Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás é uma obra singular, escrita com rigor científico, mas com muita leveza e elegância pelas mãos de Kelson Semerene Costa, historiador de formação, professor do Departamento de História da Universidade de Brasília. Como o próprio nome indica, o livro traz elementos de história e meio ambiente em Goiás. A temática é recorrente entre nós, homens e mulheres do século XXI, mas o cenário do texto é a cidade de Meiaponte, no século XIX.

Meiaponte, atual cidade de Pirenópolis, foi importante centro urbano de Goiás nos séculos XVIII e XIX. Nasceu como Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, nome indicativo da sua origem: a mineração de ouro. A obra não aborda o auge aurífero, mas sim, a mineração em Goiás no século XIX. O autor estuda os caminhos trilhados pelos habitantes da cidade no contexto do declínio da mineração na região.

O meio ambiente na vida dos meiapontenses é o eixo central da obra. A historiografia do século XX incorporou o ambiente natural como objeto de estudo e trouxe questionamentos para pensar os problemas teóricos da história. A história ambiental trata os “elementos naturais” como “sujeitos da história” e de sua capacidade de condicionar significativamente a sociedade: a natureza é uma presença e um agente na história humana.¹

O livro é dividido em sete capítulos, muito bem construídos, coesos e fartos em referências. O primeiro capítulo se ocupa do início do declínio da mineração de ouro em Goiás, examinando as suas causas. A mineração, antes atividade básica, passa a ser “ocupação esporádica”, “praticada em pequena escala” (p. 50).

A exploração tardia do ouro é reconstituída no capítulo 2, “As Lavras do Abade”. Entra em cena a Companhia de Mineração Goyana, presente em Meiaponte entre 1881 e 1887. Nas “Lavras”, onde se instalou a companhia, formou-se um pequeno povoado, detalhadamente descrito pelo autor, com base em minucioso trabalho com fontes históricas.

Elementos da história ambiental já estão presentes nesse capítulo: o ambiente geológico das “Lavras” (na Serra dos Pirineus) e as condições de uso da água não são apenas um “cenário físico” para começar contar a história; são fundamentais para compreender e interpretar as relações sociais e culturais.

O terceiro capítulo trata da organização econômica e social de Meiaponte em meio à decadência da mineração e do “espalhamento” de seus habitantes pelas fazendas da região, como “movimento defensivo contra a miséria” (p. 113) e na “tentativa de criar alternativas para a sobrevivência econômica em Goiás” (p. 115). A descrição desse cenário, baseada em inventários *post mortem* (de 1779 e 1890), é ricamente trabalhada pelo autor. Não é capítulo à parte, isolado dos demais, mas essencial para compreender a continuidade de Meiaponte como núcleo urbano, mantido por atividades mercantis “mesmo quando a maioria da população passou a dedicar-se predominantemente a atividades agrárias” (p. 134).

O panorama da vida econômica e social de Meiaponte, examinado no capítulo três, introduz os capítulos seguintes dedicados às relações entre natureza e sociedade. “*As servidões do meio ambiente*” é o título do quarto capítulo, que traz a “província do Cerrado” (p. 139), paisagem predominante da área do estudo. O Cerrado foi intensamente utilizado pelos homens e mulheres de Meiaponte, no século XIX, provocando danos ambientais como destruição das matas e esgotamento dos solos. Do Cerrado tudo se retirava e se transformava para manter a vida dos habitantes.

No capítulo 5, “*As sensibilidades ambientais*”, o autor registra “sentimentos de natureza” para além de uma visão utilitarista da natureza; “destruição e defesa das florestas” são relatadas por meio dos registros de avassaladoras queimadas (práticas predatórias da natureza), ou ainda “o caso das terapias baseadas em plantas medicinais e o extrativismo para alimentação” (p. 165), numa demonstração de que as relações em Meiaponte não eram mediadas somente pela destruição.

Semerene adota a expressão “sensibilidade ambiental”, usada por Keith Thomas,² para se referir às relações, às percepções e às atitudes dos humanos com o meio ambiente. “Destruição e conservação, dominação e aprendizagem, utilitarismo e vulnerabilidade, são múltiplas as sensibilidades ambientais presentes em Meiaponte” (p. 156).

A parte final desse capítulo trata dos “impasses e alternativas” dos moradores de Meiaponte diante da natureza. Eles tanto destruíram quanto defenderam a natureza. Ainda que depositassem “a esperança de riquezas no progresso técnico” (p. 174), moradores da cidade não conseguiram ficar impassíveis diante dos danos ambientais provocados pela mineração tardia da Companhia de Mineração Goyana.

Esses danos despertaram sensibilidades ambientais conservacionistas entre a população de Meiaponte. No capítulo 6, “*O abastecimento de água*”, são abordados os problemas de abastecimento de água vivenciados pelos moradores da cidade causados pela mineradora. Esse cenário coloca em evidência o rio das Almas, principal fonte de abastecimento dos moradores de Meiaponte. “*As servidões do rio das Almas*” é o ponto culminante desse capítulo: o rio supria as necessidades de água potável, de lazer, de trabalho e de renda dos meiapontenses, fato ignorado pelos defensores da Companhia de Mineração Goyana, que reivindicavam o direito do uso das águas. A poluição das águas pelas atividades da Companhia acirrou os conflitos.

O sétimo e último capítulo, intitulado “*Recursos naturais e controle social*”, narra as reações em defesa do recurso natural que os meiapontenses consideravam fonte de vida, de trabalho e de lazer - o rio das Almas. O leitor é informado sobre as questões políticas que envolvem o conflito socioambiental, identificando os seus principais atores: moradores, autoridades locais (em particular a Câmara Municipal de Meiaponte), proprietários da mineradora e o governo central (representado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que foi solicitado a ser pronunciado sobre o caso da mineração em Meiaponte). Semerene faz o seguinte alerta: “os recursos naturais prestam-se não só à satisfação de necessidades materiais humanas. Servem ainda à sustentação de estruturas de poder, pois não são usados de maneira livre, mas apropriados segundo determinadas relações sociais” (p. 198). “Possuir o controle sobre as águas significava, ao lado do controle de outras esferas da vida social e econômica, deter o poder de regular o ritmo da cidade” (p. 199).

Diante dos impasses e da busca de solução para o conflito instalado, um grupo de moradores de Meiaponte invadiu e destruiu as instalações da Companhia mineradora nas Lavras do Abade (duas ou três dezenas, num primeiro ataque e depois em grupo ainda maior para concluir o trabalho). Eles destruíram principalmente os maquinários próprios para a mineração, a casa do gerente, a serraria, o açude, os depósitos de ferramentas e de materiais; além disso, arrombaram portas e janelas, quebraram móveis, louças, vidros, garrafas de bebidas, entre outros objetos; roubaram tecidos, chapéus, juponas, armas de fogo. A intenção foi encerrar definitivamente as atividades da Companhia de Mineração Goyana e conseguiram.

A situação de violência em Meiaponte gerou a abertura de inquérito policial na província por determinação expressa do Ministro da Justiça. Como mandatários foram acusados e considerados culpados 25 homens. No entanto, todos os réus foram absolvidos nos julgamentos realizados em Meiaponte, favorecidos pela condição social e política dos envolvidos: pessoas ligadas à elite local.

Ainda que Goiás não tivesse status político de destaque no cenário político nacional, a situação das águas em Meiaponte não reverberou somente na localidade; serviu para o governo central, por meio do Ministério da Agricultura, expedir aos presidentes das províncias, em 1887, uma circular regulamentando as atividades mineradoras e o uso das águas. No âmbito local, a situação de conflito serviu para setores dominantes de Meiaponte reiterarem sua legitimidade e seu poder e definirem que os mananciais eram de uso coletivo.

As 232 páginas do livro de Semerene são “devoradas” rapidamente. Ao chegar à conclusão, o leitor deseja que o texto continue. A escrita é fluida e envolvente. A obra tem ainda outro mérito: é uma referência para os pesquisadores no trabalho com as suas fontes de pesquisa. Semerene fez um exercício primoroso com os dados que coletou; sem abrir mão do rigor científico, ele nos brindou com uma história contada com beleza e criatividade.

O livro traz importantes contribuições para a historiografia regional ao agregar de modo original elementos da história ambiental e ao desconstruir visões naturalizadas da decadência (econômica e política) em Goiás no século XIX. Essa observação final nos remete ao trecho da crônica semanal escrita por Machado de Assis, em 1887, na Gazeta de Holanda (reproduzido pelo autor na página 205) sobre a situação de insurgência ocorrida em Meiaponte. O processo chegou às mãos do escritor quando ele ocupava o posto de oficial de gabinete no Ministério da Agricultura:

Não neguei Bahia ou Minas,

Nem nunca fora capaz

De negar Crato ou Campinas...

Neguei, é certo, Goiás.

Pois que Goiás eu supunha
Uma simples convenção,
Sem existência nenhuma,
Menos inda que ilusão.
Mas eu daquela ocorrência
Tiro uma lição vivaz:
Goiás tem certa a existência,
Goiás existe, Goiás.

NOTAS

¹ CARVALHO, Ely Bergo. Resenha do livro de Regina Horta Duarte, *História & Natureza*. História, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 254-260, 2006.

² THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.